

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

A educação (II)

• Sexta-feira passada o ministro Paulo Renato encerrou o último seminário sobre o programa Toda Criança na Escola, fechando um ciclo de viagens que o levou às 27 unidades da Federação. Durante dois meses ficou em Brasília apenas um dia e meio por semana. Saía às segundas para abrir um encontro, voltava na noite das terças-feiras, partia outra vez nas manhãs das quintas, para encerrar outros até a sexta-feira. Por que?

"A nossa meta é elevar a matrícula no Primeiro Grau, que já cobre 91% da população em idade escolar, para 95%, que é o índice dos Estados Unidos", diz o ministro. "O salto parece pequeno, mas não é. Envolve a dedicação integral das professoras, dos pais, de todas as secretarias da Educação, estaduais e municipais, das entidades filantrópicas, das ONGs, até das Forças Armadas, porque quem não está ainda na escola é porque ou mora em lugares inacessíveis, ou por ter problemas familiares, ou por viver na rua. Por algum motivo poderoso é, e só com a mobilização de toda a sociedade é que conseguiremos superar as dificuldades. Por falta de escola é que não é. Mal ou bem, existem escolas para todo mundo".

As viagens de Paulo Renato foram preparadas por quatro equipes que rodaram o Brasil e ajudaram a montar os seminários de três dias, nos quais se discutiram outros problemas da educação básica, como o treinamento de professoras, a qualidade do material didático, a TV Escola, o conteúdo dos programas sugeridos pelo ministério, o recolhimento e transmissão das informações, enfim, todos os programas novos que vêm sendo desenvolvidos ao longo dos últimos três anos.

As disparidades entre regiões e mesmo entre municípios de um mesmo estado é, como sempre, imensa. No Sul, talvez não seja difícil pôr todas as crianças na escola. Quase todas já nelas estão. Em Pomerode, um município de 21 mil habitantes de Santa Catarina que desde a década dos 40 priorizou o ensino básico, não há criança sem escola, o índice de repetência é quase zero e todas as crianças aprendem alemão. Já em Bacabal, município maranhense de 90 mil habitantes, a opção do prefeito José Vieira Lins para atrair alunos foi reforçar o programa da merenda, que atende a 33 mil crianças. Sem comida, não tem estudo. Não se busca matar a sede de saber, mas sim a fome do estômago. A diretora do Colégio Estadual Ceará, com 1.510 alunos, conta que os alunos perguntam frequentemente se vai ter merenda no dia seguinte.

Estão matriculados no ensino fundamental mais de 33 milhões de crianças. São seis milhões a mais que o total da população entre 7 e 14 anos. A razão: 63% dos alunos têm idade superior à ideal das séries que

curram, sendo que no Nordeste a distorção é de 80%. O motivo é a repetência, que faz com que os alunos levem em média 11,2 anos para completar as oito séries. Em 1996, apenas 620 mil crianças de 14 anos cursavam a 8ª série, quando havia 3,6 milhões com essa idade.

A repetência, que representa um brutal desperdício de recursos, é a principal causa da evasão escolar. Embora tenha diminuído ao longo dos últimos anos, ainda está em cerca de 30%, sendo muito maior no Nordeste que no Centro-Sul e no Sul. Mesmo assim, os programas de aceleração do aprendizado, que começam a se difundir pelo Brasil, são mais numerosos e intensos em São Paulo e no Sul que nas regiões mais pobres.

O ministro Paulo Renato conseguiu do Congresso que 15% dos 25% da receita destinada à educação pela Constituição fossem aplicados no ensino fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), cuja redação liberal e moderna foi a última contribuição de Darcy Ribeiro ao desenvolvimento do país, define claramente o que pode e o que não pode ser considerado investimento em educação. Com essas definições, os programas de ensino fundamental passaram a ter recursos garantidos. Este ano, através do Fundo de Valorização do Magistério, será possível às regiões mais pobres investir 315 reais/ano por aluno, através de uma transferência de 470 milhões aos estados e às prefeituras, sendo que 60% do dinheiro é destinado a salários de professoras.

Os programas especiais, como, por exemplo, a reforma da educação profissional, têm de buscar outras fontes. No caso, a fonte de recursos será o BID, que, em novembro, concordou em fazer um empréstimo de US\$ 500 milhões para modernizar o ensino profissional federal e estadual, dando ênfase às parcerias empresariais.

O Brasil dedica 17,7% das despesas públicas à educação, o que o coloca em segundo lugar no mundo, atrás da Venezuela, com 23,5%. O gasto educacional nas três esferas de governo representa 4,85% do PIB. Somado aos 0,90% que gastam as famílias e ao treinamento empresarial e técnico, que representa 0,22%, dá um total de 5,97% do PIB, o que é muito alto. Trata-se, agora, de gastar essa fortuna com eficiência.